

Líderes já propõem mudanças no pacote

Cientes da resistência do Congresso em aprovar vários dos itens anunciados, aliados sugerem ao presidente que o aumento na alíquota da CPMF seja descontado no IR e defendem um novo modelo para a Previdência

TÂNIA MONTEIRO
e ISABEL BRAGA

BRASÍLIA — Depois de duas horas e meia reunidos com o presidente Fernando Henrique Cardoso e a equipe econômica, para um café da manhã, no Palácio da Alvorada, os líderes da base aliada ouviram as medidas de ajuste fiscal e imediatamente avisaram quais as principais dificuldades que o governo enfrentará no Congresso. O aumento da alíquota da CPMF de 0,2% para 0,38% e a cobrança de contribuição dos funcionários públicos inativos foram os dois pontos mais rebatidas.

Antes mesmo do anúncio oficial das medidas pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, os líderes já indicavam ao presidente alternativas às propostas. O líder do PFL na Câmara, Inocêncio de Oliveira, avisou que a nova alíquota de 0,38% da CPMF não passa no Congresso. Mas apresentou uma opção: que o aumento de 0,18 ponto porcentual na alíquota da CPMF

possa ser descontado do Imposto de Renda da pessoa física. Essa compensação, segundo Inocêncio, seria semelhante à que o governo propôs para a Cofins, que elevou de 2% para 3% para as empresas.

Os demais líderes — Geddel Vieira Lima, do PMDB, e Odelmo Leão, do PPB — apoiaram a alternativa de Inocêncio. “A receptividade do presidente foi boa”, garantiu o líder do PFL. Segundo ele, na mesma hora, o presidente pediu a Malan que examinasse a sugestão.

Geddel fez outra proposta para a CPMF. Ele quer que o aumento de 0,18 ponto porcentual na alíquota da contribuição não seja mais obrigatoriamente repassado para a saúde. Para ele, a parte que já é cobrada hoje, de

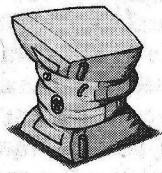
0,2%, continuaria vinculada à saúde, mas a nova contribuição iria para a redução do déficit público.

Apesar de reconhecerem as dificuldades de aprovação das medidas, os líderes viram um fato positivo em seu anúncio. “Em tese, o que se supunha não veio”, comentou Geddel, ao explicar que esperavam um aumento “na mordida do FEF (Fundo de Estabilização Fiscal), e o

governo propôs apenas sua prorrogação até 2006”. “Isso já diminui eventuais resistências dos governadores eleitos e dos prefeitos”, ponderou o peemedebista.

O líder do PSD, Aécio Neves, concordou: “O FEF não punirá mais Estados e municípios.” Já Odelmo defendeu um novo modelo de Previdência (mais

sobre o tema na página A8) e apresentou a sugestão ao ministro da Previdência, Waldeck Ornellas. Nessa proposta, os que estão na “velha e fadida” Previdência seriam incentivados a passar para a nova.



PARA
ACM, MEDIDAS
SÃO MUITO
“DURAS”

Odelmo advertiu que haverá “extrema dificuldade” em vencer as resistências à criação de uma contribuição para os servidores públicos inativos. “Essa proposta foi a bandeira do PPB na votação da reforma”, lembrou ele, sem fechar a porta para possíveis negociações.

Contra — O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), se opôs à intenção do governo de aprovar no Congresso as medidas de ajuste fiscal na íntegra, tal como foram anunciadas. Ele reafirmou que o Congresso vai analisar cada uma delas para buscar alternativas “menos duras” que atendam à meta de obter em 1999 um ajuste de R\$ 28 bilhões, por intermédio da redução das despesas e o aumento das receitas. Para ACM, não existem argumentos que impeçam os parlamentares de negociar as medidas. “O governo acha que não, mas eu acho que sim.”

O senador voltou a classificar o aumento da alíquota da CPMF “um ponto amargo” e previu que os parlamentares poderão encontrar uma fórmula de reduzi-la, tirando os recursos de outras fontes.

■ Mais informações sobre o ajuste no caderno de Economia



FHC (primeiro à direita) reunido com aliados: boa receptividade a alternativas e aviso dos parlamentares de que tudo deve ser negociado